

ARTE NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE INCLUSÃO

Alane da Silva Maurício Alves ¹
Gilvete de Jesus Mota²
Marta Valéria Silva Araújo Lira ³

RESUMO

Este trabalho trata-se de um estudo de caso, com enfoque nos aspectos do desenvolvimento e dificuldades encontradas na aprendizagem de alunos com deficiência em sala de aula do ensino regular e na sala do Atendimento Educacional Especializado – AEE, baseando-se na sustentação da inclusão como fundamento para uma educação de qualidade. Tendo por objeto de estudo a compreensão das professoras sobre a inclusão de crianças com deficiência relacionando com a arte. Destacamos que as pessoas com deficiência (PCD) representam um número significativo da população mundial, contudo, continuam sendo um dos grupos mais excluídos. Objetivamos analisar a compreensão das professoras sobre inclusão, mostrando as potencialidades das crianças com deficiência. Temos como objetivos específicos: 1) Identificar a compreensão das professoras sobre os conceitos de inclusão e arte de forma facilitadora; 2) Investigar como a inclusão e arte se relacionam nas atividades de sensibilização da luta das pessoas com deficiência. Fundamentamos a pesquisa nas concepções de Inclusão de Ribeiro (2017), Pessoa com deficiência (BRASIL, 2015) e Arte (BRASIL, 1997), dentre outros. Para a produção dos dados realizamos entrevistas semiestruturadas que foram videogravadas e transcritas. Os sujeitos da pesquisa são 04 professoras da rede municipal de ensino do município de Itatuba-PB. A pesquisa revelou através das falas das professoras que incluir é respeitar as diferenças, valorizando as potencialidades de cada criança. Ressaltamos que as reflexões apontam a existência de um longo caminho a ser percorrido pela sociedade e pela educação, em uma proposta de inclusão, para que a pessoa com deficiência seja tratada como um sujeito ativo e participante na construção de sua própria história com autonomia e independência. Inferimos que a utilização de estratégias de intervenção possibilita proporcionar aos estudantes com deficiência uma melhor interação, participação e desenvolvimento nas atividades.

Palavras-chave: Inclusão, deficiência, arte, estudo de caso, aprendizagem.

¹ Graduada em Pedagogia – UEPB, especialista em Supervisão e Orientação Educacional – FIP alanedasilvamauricio@gmail.com;

² Graduada em Pedagogia – UEPB e Psicologia – UNINASSAU, especialista em Psicologia da Infância e Adolescência – UNIFACISA gilvetemota2@gmail.com;

³ Mestre em Educação – UEPB. Graduada em Pedagogia – UEPB, especialista em Educação Infantil – FIP e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – UEPB martavalerya@hotmail.com;

1. INTRODUÇÃO

É importante destacar que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva surgiu a partir de lutas, organizações e leis favoráveis à Pessoa com Deficiência. Um dos marcos para esta conquista foi a Declaração de Salamanca (1994), anterior a essa declaração temos como marco legal a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem em 1948 e se tratando dos Direitos da pessoa com deficiência intelectual, destacamos a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, publicada em 1971.

Os acordos internacionais firmados além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial assinalam que a inclusão implica em nova postura da escola regular em propor estratégias de ensino, ações que promovam a socialização de alunos com necessidades educativas, com práticas pedagógicas que atendam a todos. Faz-se necessário que a escola capacite seus professores, prepare-se, e organize-se, pois, inclusão significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (BRASIL, 2001).

Com a Constituição Federal de 1988 e com a Política Nacional de Inclusão instituída em 2007 as pessoas com necessidades educativas passaram a ter seus direitos educacionais reconhecidos e assegurados por lei, o que implica na possibilidade de alunos com deficiência estarem inseridos nas escolas de ensino regular, com acesso ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, ofertado pela mediação de profissionais capacitados teórica e metodologicamente para a educação inclusiva (SAMPAIO, 2017).

Em 2015, foi homologada a Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a qual estabelece, no artigo 28, a responsabilidade do poder público de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I- sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2015). Diferentemente da Convenção, que é uma carta de intenções, o texto da LBI (*Lei Brasileira de Inclusão*) institui práticas para todas as áreas de políticas públicas. A lei mencionada destina-se também, a assegurar e promover, em condições

de igualdade, o exercício dos direitos, visando à inclusão social e cidadania, dispostas no artigo 27. Sobre esses direitos, é possível destacar que:

Mais do que efetivação de direito à educação, o ensino regular, para ser de fato inclusivo precisa desenvolver práticas individualizadas e coletivas que podem ampliar o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos em situação de deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino, descrito no V parágrafo da LBI. (BRASIL, 2015, p. 35).

A política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008). Essa política apresenta uma perspectiva inclusiva na qual os estudantes com deficiência devem ter acesso ao sistema regular de ensino, que por sua vez, deve atender às necessidades específicas desses educandos a fim garantir a sua participação e aprendizagem.

Diante do exposto anteriormente, tivemos como objetivo geral, analisar a compreensão da comunidade escolar sobre inclusão. Nesse sentido, nosso trabalho trata-se de um estudo de caso, com enfoque nos aspectos do desenvolvimento e dificuldades encontradas na aprendizagem de alunos com deficiência em sala de aula do ensino regular e na sala do Atendimento Educacional Especializado – AEE, baseando-se na sustentação da inclusão como fundamento para uma educação de qualidade. Tendo por objeto de estudo a compreensão das professoras sobre a inclusão de crianças com deficiência, relacionando com a arte.

Vale ressaltar que as pessoas com deficiência (PCD) representam um número significativo da população mundial, contudo, continuam sendo um dos grupos mais excluídos. Assim, buscamos analisar a compreensão das professoras sobre inclusão, mostrando as potencialidades das crianças com deficiência. Tivemos como objetivos específicos: 1) Identificar a compreensão das professoras sobre os conceitos de inclusão e arte de forma facilitadora; 2) Investigar como a inclusão e arte se relacionam nas atividades de sensibilização da luta das pessoas com deficiência.

2. METODOLOGIA

Utilizamos o método de estudo de caso, devido a cooperação existente entre os sujeitos da pesquisa e o próprio pesquisador. Segundo Triviños (1987, p. 133, grifo do

autor), o Estudo de Caso "é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente". Esta unidade deve ser parte de um todo e ter realce, isto é, ser significativa e por isso permitir fundamentar um julgamento ou propor uma intervenção.

O autor considera ainda que o estudo de caso orienta a reflexão sobre uma cena, evento ou situação, produzindo uma análise crítica que leva o pesquisador à tomada de decisões e/ou à proposição de ações transformadoras. Ressalta, ainda, que a situação a ser estudada não pode ser isolada do seu contexto, pois o Estudo de Caso deve ser realizado com vistas a promover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo, considerando-se que o interesse do pesquisador deve ser com respeito à relação fenômeno-contexto.

Para a produção dos dados realizamos entrevistas semiestruturadas que foram videogravadas e transcritas. Os sujeitos da pesquisa foram 04 professoras da rede municipal de ensino da cidade de Itatuba- PB. A pesquisa revelou através das falas das professoras que incluir é respeitar as diferenças, valorizando as potencialidades de cada criança, além de buscas de recursos e estratégias para melhor abranger.

O estudo foi realizado no período de agosto a setembro de 2023 em uma instituição, da cidade de Itatuba- PB, situada na zona urbana, com oferta a Educação Infantil (Pré escola – 4 e 5 anos) e anos iniciais. Nesse ano havia um número significativo de 400 alunos, nos turnos manhã e tarde. A estrutura da escola era composta por 09 salas de aulas, 01 secretaria/direção, 01 cozinha, 02 banheiros e um pátio interno. A equipe pedagógica era composta por duas gestoras, uma coordenadora pedagógica (nos turnos da manhã e tarde), uma psicóloga, com um quadro docente de 25 profissionais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Fundamentamos a pesquisa nas concepções de Inclusão de Ribeiro (2017), Pessoa com deficiência (BRASIL, 2015) e Arte (BRASIL, 1997), dentre outros. O processo de ensino-aprendizagem em arte torna-se algo prazeroso, tento em seu percurso, ações centradas no desenvolvimento do aluno. Envolvendo-os em uma experiência consigo mesmo capaz de desenvolver o pensamento artístico, exercitando sua sensibilidade, percepção, imaginação e a partir desses processos, torna-se capaz de dar sentido as suas vivências particulares.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender (BRASIL, 1997, p. 21).

Por tudo isso que ela representa, é extremamente importante o entendimento de que a arte na educação é uma forma de conhecimento na qual se estabelecem relações sociais e afetivas significativas que promovem a construção de conhecimentos.

A expressão da criança pela Arte é um meio natural de compartilhar as coisas com seus amigos, famílias, assim, podem dizer mais sobre si através do desenho do que por palavras, isso pode ocorrer tanto com uma criança com ou sem deficiência (REILY, 1986; ATACK, 1995).

Cabe ressaltar, então, os ensinamentos de Corrêa, Nunes (2006), que destaca o papel da arte para os alunos com deficiência a partir de objetivos tais como:

- Interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados, desenvolvendo competências com o manuseio de ferramentas, materiais, técnicas a organização e produção artística, bem como as relações pessoais e interpessoais na criação artística;
- Criar uma relação de autoconfiança com a construção artística pessoal, respeitando a própria produção e a dos outros;
- Compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizando-a nas diversas culturas;
- Observar as relações entre a pessoa e a realidade, com interesse e curiosidade, dialogando, indagando, discutindo, argumentando e lendo a obra de modo inteligível e sensível;
- Buscar e organizar informações sobre arte, por meio de contato com artistas, produções, documentos e acervos, reconhecendo e compreendendo a variedade de produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas (2006, p. 61).

Dessa forma, o ensino de arte na educação inclusiva é uma forma de promover a percepção, a criatividade e a cultura desses alunos, pois por conta de suas limitações eles possuem poucas oportunidades de expressarem o que sentem e possuem poucas fontes de prazer, portanto, é necessário que essas pessoas descubram valores em suas vidas, sintam-se importantes, úteis e amadas, e a arte possibilita essa equidade, essa integração, facilitando o seu desenvolvimento.

Fischer (2007) ressalta que as artes visuais têm o poder de trabalhar as percepções do aluno especial e essa característica é fundamental para o processo de ensino aprendizagem dos mesmos. Costa (2000) evidenciou a importância de trabalhar a

arte visual com as crianças que tem deficiência, no sentido de promover a motivação e a criatividade contribuindo para a construção de sujeitos mais sensíveis, prontos para descobrir suas habilidades e talentos.

De acordo com o autor é através da disciplina de arte que a criança expressa seus sentimentos, desejos, suas fantasias e ansiedades. Assim, a arte é um importante trabalho educativo, pois estimula a inteligência e contribui para a formação da personalidade do indivíduo. Portanto, a educação utilizando a arte como ferramenta, se torna um processo dinâmico e contínuo onde deve ser utilizado para integrar e interagir de uma forma espontânea, e dinâmica na aprendizagem dos alunos da educação inclusiva. Sendo assim, lançam-se olhares diferenciados sobre a arte e vemos que através dela o aluno amplia sua sensibilidade, percepção, reflexão e a imaginação, expressando os sentimentos e desenvolvendo habilidades.

Nesse sentido, o ensino de arte nas escolas possibilita aos alunos com deficiência o despertar e o aprimoramento de sua criatividade, oferecendo um contato constante com a realidade e a fantasia, propiciando o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética dos mesmos.

A participação de crianças com deficiência na escola é um direito (BRASIL, 1996), que para ser acessado depende, entre outros aspectos, da articulação entre profissionais, famílias e sociedade para o cumprimento de diretrizes educacionais, destinação de recursos humanos e materiais e formação de profissionais habilitados para o enfrentamento dos diferentes desafios trazidos pela prática cotidiana do ensino.

A persistência de estigmas negativos em relação a capacidade de aprendizagem dessas crianças gera uma resistência dos professores em relação ao seu processo de inclusão escolar.

No que diz respeito a essa política de Inclusão escolar, tem sido compreendida pelos órgãos públicos como políticas de ensino direcionadas às pessoas com deficiência. Esta compreensão tem encontrado respaldo legal na Lei n. 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e mais recentemente na Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

O movimento pela inclusão abrange várias ações como, cultural, pedagógica, social e política, buscando o direito de todos os alunos poderem aprender, participar e estar juntos, sem nenhum tipo de exclusão. A educação inclusiva faz parte de um paradigma educacional que se fundamenta na concepção dos direitos humanos, que luta pela igualdade, e que avança em relação ao ideal de justiça nas circunstâncias que revelam exclusão dentro ou fora da instituição escolar.

Na inclusão de alunos com deficiência no ensino comum, os professores evidenciam dificuldades com esse processo, enfrentando desafios como a falta de formação voltada à inclusão, as salas de aula numerosas, a falta de tempo para o atendimento individualizado desses alunos e a sensação de que se faz o que é possível diante da realidade vivenciada.

Neste Sentido, buscaremos refletir sobre as possíveis mudanças no campo da inclusão. Vale ressaltar que todas as discussões serão embasadas teoricamente, fazendo o confronto das percepções dos professores da sala de aula observada, com as possibilidades teóricas e os suportes oferecidos pelas políticas públicas, bem como, pela instituição de ensino em relação ao aluno com deficiência.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, analisaremos alguns momentos captados por 2, das 4 professoras entrevistadas, a partir da entrevista e das observações no intuito de dissertar acerca de como eles se percebiam no contexto investigado à luz de nosso referencial teórico. Após revisitar os materiais produzidos nas entrevistas semiestruturadas que foram videogravadas e transcritas, observamos que as falas das professoras se entrelaçam.

Para a professora P1:

“A inclusão escolar é um processo diário que deve estar presente em todos os espaços da escola, pois transforma a escola num espaço de possibilidade de aprendizagem e de construção de conhecimentos para todos. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade”.

Com esta afirmação, podemos pensar que a inclusão, enquanto processo, é um desafio, visto que se faz necessário modificar a visão estática que temos da escola para repensá-la como um espaço de construção de saberes. Essa constituição se dará a partir

da interação entre o sujeito (sendo ele deficiente ou não) e o objeto do conhecimento, e portanto, algo possível em um espaço democrático como deve ser a escola.

Além disso, essa professora ressaltava que sempre utilizou objetos de interesse do aluno, relacionados aos jogos de agrupar figuras e manuseio de materiais concretos, e principalmente a arte para incluir os alunos com alguma deficiência. Na sua metodologia, primeiro havia a leitura coletiva e depois individual, para aprimoramento do vocabulário e percepção auditiva e visual.

Para P2 :

A principal dificuldade que identifiquei no processo de inclusão no ensino é a falta de preparo e conhecimento do professor. Os alunos estão chegando às escolas, depois é que os professores saem em busca de alternativas para trabalhar com aquele aluno, não há formação...

Sabe-se que a inclusão é uma prática social na qual vai além dos muros da escola, pois ela se aplica ao trabalho, a cultura, a família, ao lazer, nas atitudes dos outros e também em suas próprias atitudes. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, P. 1). A inclusão, enquanto política pública garante que os direitos à educação de qualidade para todos baseada no respeito à diversidade, esse é o grande desafio para aqueles que trabalham diretamente com a educação, não cabendo, portanto, possíveis desculpas ou justificativas para que profissionais não busquem aperfeiçoamento, e que instâncias governamentais não se valham de investimentos nesse sentido.

Observamos também, através das falas das professoras que quanto ao trabalho envolvendo a Arte, os alunos participavam bastante, na forma mediada, utilizando-se da pintura, do desenho, da colagem, contagem de história e nisso, promovendo melhores caminhos para a aprendizagem desses indivíduos, como também para conhecer um pouco mais de cada um, autoconhecimento; aprender com eles e poder prepará-los para a vida foi uma grande experiência.

Com relação ao processo de aprendizagem muitos professores concordam que a criança com deficiência intelectual possui capacidade de aprender e que, para que sua aprendizagem se desenvolva, é necessário que lhe sejam possibilitados instrumentos.

Vale destacar que a compreensão dos profissionais desta escola em relação à inclusão do sujeito buscou o apoio e os recursos necessários para incluí-los nas tarefas.

No que se refere a avaliações, buscou-se uma avaliação dinâmica, formativa, processual, que condiz com a proposta da educação inclusiva, pois respeitar os processos de aprendizagem do aluno, suas especificidades e direciona o trabalho pedagógico. É importante ressaltar que é interessante a adaptação das atividades, além de realizar e elaborar um Plano de Ensino Individualizado e trabalhar em consonância com o professor da Sala de Recursos.

A professora da sala de Recursos afirmou que:

Faz-se necessário trabalhar de forma colaborativa com os professores do ensino comum, oferecendo-lhes suporte e orientando-os no desenvolvimento das estratégias metodológicas que contemplem as necessidades específicas desses alunos tendo em vista o suporte à sua inclusão educacional.

Nessa perspectiva, como temos discutido no decorrer deste artigo, para que a inclusão aconteça de fato, é importante, antes de mais nada, compreender e verificar a dificuldade apresentada por cada criança com deficiência focando nas habilidades e potencialidades da deficiência, tentando assim minimizar as dificuldades de aprendizagem apresentadas por ela.

Para uma real inclusão é necessário que a escola tenha acessibilidade, formação dos profissionais, Atendimento Educacional Especializado (AEE), flexibilidade curricular, trabalho colaborativo entre os docentes das turmas comuns e os da Educação Especial. Não basta garantir a socialização do aluno. É importante garantir a presença, a participação na construção do conhecimento. Reconhecemos o empenho da instituição principalmente no que diz respeito a preocupação da mesma em atender as necessidades imediatas dos alunos, e em fornecer uma excelente estrutura para os mesmos. Compreendendo inclusão como uma política educacional que respeita e promove a igualdade de direitos e que assegure educação de qualidade para todos.

Nesse sentido, a utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas é sem dúvida uma vertente para equiparação de oportunidades, porém para que os professores possam utilizá-las é preciso que reconheçam que todos os seus alunos são sujeitos capazes de aprender, contribuindo para a construção de uma educação de qualidade para todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sugerem que, ao se enfatizar a busca de indicadores de desenvolvimento, podemos obter uma visão abrangente de cada caso, de forma a contemplar, para além das limitações, as potencialidades das crianças com Deficiência. Ao encher essas crianças, foi possível identificar algumas habilidades relacionadas aos conhecimentos escolares, incluindo atenção, memória, compreensão e expressão verbal, bem como envolvimento na tarefa por períodos de tempo consideráveis, e modos de participação social apropriados a diferentes contextos. A presença dessas habilidades, mesmo que não mantidas para todas as tarefas, sugere pistas para o planejamento pedagógico e organização de serviços.

Ao final desse estudo ressaltamos que as reflexões apontam a existência de um longo caminho a ser percorrido, pela sociedade e pela educação, em uma proposta de inclusão, para que a pessoa com deficiência seja tratada como um sujeito ativo e participante na construção de sua própria história com autonomia e independência, e que processo de aprendizagem dos alunos com deficiência é um desafio social e portanto, requer a superação de ideias e valores construídos historicamente por muitos e impregnados de preconceitos que criam barreiras para o seu pleno desenvolvimento.

De acordo com Ribeiro (2017, p.35) “A inclusão só será efetivada, a partir do momento que a escola, associada aos programas de formação, modifiquem sua maneira de ver o “diferente”, assumindo que as diferenças humanas são normais”. Nesse sentido, sabendo que essas mudanças serão efetivadas de fato nas escolas, a partir da forma como os profissionais percebem e encaram a inclusão nas escolas regulares de crianças com deficiência, os resultados objetivaram em conhecer o conceito de educação inclusiva relacionando-se aos avanços da Neurociência, para um melhor avanço de práticas pedagógicas que garantam de fato a aprendizagem das crianças com deficiência.

É importante considerar que um diferencial no processo de aprendizagem da criança com deficiência é conhecer e respeitar seu ritmo em relação ao seu desenvolvimento; criando estratégias de acordo com suas possibilidades e níveis de evolução, corroborando assim, com as diferentes oportunidades no desenvolvimento intelectual, motor, ou seja, biopsicossocial, de cada criança.

Ressaltamos que as reflexões apontam a existência de um longo caminho a ser percorrido pela sociedade e pela educação, em uma proposta de inclusão, para que a

pessoa com deficiência seja tratada como um sujeito ativo e participante na construção de sua própria história com autonomia e independência. Inferimos que a utilização de estratégias de intervenção possibilita proporcionar aos estudantes com deficiência uma melhor interação, participação e desenvolvimento nas atividades.

Sendo assim, o trabalho que desenvolvemos teve mudanças significativas nesse processo, implicando valores fundamentais e trazendo esses indivíduos para o seu lugar de direito: o de protagonista de sua própria história. Além de uma reflexão importante a comunidade escolar específica, mas para além disso, fica aqui nossa justificativa frente a esse desafio que seria não só de buscar passos de mudanças de paradigmas mas efetivar caminhos.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, Organização das Nações Unidas- ONU. **Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência**. ONU, 09/07/2008. Decreto Legislativo n 186/2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro gráfico, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer CNE/CEB n.017/2001.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

CORRÊA, A. D.; NUNES, A. L. R. (Org). **O ensino das artes visuais: Uma abordagem simbólico-cultural**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 96

DSM-5 **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. trad. Cláudia Dornelles; - 4.ed. rev. - Porto Alegre: Artmed,2002.

REILY, L. História, arte, educação: reflexões para a prática de arte na educação especial. In: BAPTISTA, C.R.; CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M. **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p.221-266.

RIBEIRO, R. B. de A.; LUCENA, R. de F. **Quebrando barreiras**: o intercruzamento entre a formação continuada e a inclusão escolar no atendimento Educacional Especializado (AEE). Rev. Incl. Vol. 4. Num. Especial, Enero-Marzo (2017), ISSN 0719-4706, pp. 27-40.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, SP: Atlas.